

A Gripe Espanhola em Sorocaba, 1918: o caso da “Fabrica Santa Rosalia”

JOÃO PAULO DALL’AVA*

Introdução

No final do século XIX, em meio a transição do escravismo para a mão-de-obra livre, a afirmação da República e a construção da nacionalidade no Brasil, a medicina deixa seu propósito único de deter as doenças para salvar da morte e compromete-se a garantir “membros sadios para uma sociedade liberal e capitalista”. Desse modo:

Para as elites republicanas dirigentes, o resgate e o cuidado com a saúde do cidadão materializariam a construção da nacionalidade brasileira. Com essa finalidade, o intento dos médicos e das instituições de saúde pública em higienizar as áreas interioranas e as grandes cidades revelava a preocupação com a constituição de uma raça que fosse brasileira e capaz de integrar toda a nação. (MOTA, 2005, p. 32-33)

Enfrentava-se assim as ambigüidades dos que atribuíam os males do país à terra e outros que atribuíam à raça, e alguns, às duas coisas. Os médicos, nesse momento, investidos de grande autoridade, questionam a miscigenação como fator degenerativo e, segundo suas idéias, “o mestiço não era inferior, como rezavam as leis raciais, mas apenas estava sob condições adversas, das quais seriam resgatados por meio da saúde, do saneamento e da regeneração moral”. Com a criação e efetivação do Serviço Sanitário, em 1892, as redes de ações médicas e sanitárias vão se ampliando e se organizando, percebendo a necessidade de intervenção mais centralizada e controlada, nos municípios do interior do estado:

No caso paulista, a esfera estadual, num regime de centralização de suas ações, tentou inicialmente tirar das mãos das instâncias municipais os poderes de atuação diante dos problemas de higiene e saúde pública, mas, em vista do descontrole de certas epidemias, da possibilidade da perda de domínio político em certos redutos municipais e da própria inoperância das ações estaduais, restituiu às municipalidades grande parte de sua ação sobre as questões relativas à saúde pública. (MOTA, 2006, p. 8)

Além disso, a tentativa de manter sob o domínio dos poderes locais os encaminhamentos de uma política sanitária, mostrando que o assunto envolvia inapelavelmente os poderes públicos e os empresários locais interessados em reter no

âmbito municipal, serviços que pudessem ser privatizados como os de varrição, recolhimento e destinação das águas e do lixo doméstico. Como exemplo é citado um episódio ocorrido em Sorocaba em 1897, onde é noticiada na imprensa uma representação formal encaminhada à Câmara, na qual se exigia a revogação da lei sobre limpeza pública municipal que se tentava instituir na cidade. O documento denunciava o favorecimento de um empresário local pela Câmara na contratação do serviço, além das altas taxas cobradas pela empresa (idem, p.9-10).

Cássia Baddini nos mostra que desde o século XIX as ações da Câmara Municipal na área da saúde pública com o intuito de favorecer particulares eram recorrentes. Como exemplo, são citadas algumas medidas da Câmara que restringiam o trânsito de indivíduos “indesejáveis” – principalmente portadores de doenças consideradas repulsivas que perambulavam pela cidade pedindo esmolas – durante as feiras de animais, já que esses indivíduos espantavam grande parte dos visitantes. Sendo assim, um problema que era considerado pelo governo imperial como de “salubridade pública”, como a divagação de doentes pela vila, “representava para os comerciantes estabelecidos na vila uma questão de assegurar o controle do mercado local (...) que deveria se apresentar livre de incômodos e riscos à afluência de pessoas à vila”. (BADDINI, 2006, p. 18-19)

Em 1896, o intendente municipal de Sorocaba, em relatório publicado no jornal *O 15 de Novembro*, referia-se a importância da higiene para o bem-estar da população e para a saúde pública. Segundo Rogério L. Pinheiro de Carvalho, o mesmo aponta algumas necessidades como “o problema da remoção do lixo, as águas servidas, já abordada nas posturas de 1894, além do saneamento do ribeirão do Supiriri, a desinfecção das latrinas com cal virgem” (CARVALHO, 2008, p. 106). Porém, a autoridade afirma que “Sorocaba, a hygienopolis paulista, não precisa de muito para que seja garantida a conservação do estado sanitario que graças á Deus temos tido a felicidade de gosar” (idem).

O título de “hygienopolis paulista”, na verdade, não condiz com a situação real da cidade. Pois, como nos mostra Carvalho, a cidade, nesse momento, após algumas tentativas frustradas realizadas por particulares, ainda não possuía uma rede de abastecimento de água e esgoto. Ainda segundo o autor, até 1886, com a inauguração dos primeiros chafarizes da cidade, a água era comprada em carrocinhas e pipas ou

obtida diretamente do rio Sorocaba. Não havia uma coleta sistemática de lixo e as águas servidas escorriam pelas ruas do centro urbano.

Além dos problemas de saneamento citados acima, a cidade é vítima de dois surtos de febre amarela, o primeiro em 1897, e o segundo em 1899-1900. Segundo Aluísio de Almeida, o primeiro surto epidêmico (1897), teria marcado o fim das feiras em Sorocaba. Já o segundo, em 1899-1900, ainda de acordo com o autor, foi mais intenso e provocou mais óbitos: “O povo fala em mil. Contamos e recontamos no ‘15 de Novembro’ e alcançamos 500 mais ou menos. A estatística mais plausível é a do ‘Correio Paulistano’ da época: houve 3000 doentes e 600 óbitos”. E o autor prossegue, “momentaneamente houve prejuízo para a indústria e comércio, que depois se recuperaram. (...) Muitas famílias se retiraram para o Ipanema e os bairros” (ALMEIDA, 2002, p. 393).

Através das informações fornecidas por Aluísio de Almeida, podemos perceber uma provável estagnação da economia sorocabana durante o último surto de febre amarela, além de um êxodo populacional. E, de acordo com Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, os “prejuízos foram consideráveis, além das vítimas, houve a quase total paralisação das atividades comerciais e o *fim da boa fama que gozava o clima da cidade, como lugar aprazível para visita e restabelecimento da saúde*” (CARVALHO, 2004, p. 206, grifo meu).

Além das epidemias, o avanço da tuberculose¹ é outro aspecto relacionado à saúde pública em Sorocaba que se observa na documentação sobre o período. A preocupação com a doença no município é perceptível já no final do século XIX, com a inauguração do novo hospital da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba em 1899 – mesmo ano da criação da *Liga Paulista contra a Tuberculose*, em São Paulo, sob a direção de Clemente Ferreira –, onde foram edificadas as pavilhões para tuberculosos. Que de acordo com o *Almanach de Sorocaba para 1903*, eram os únicos que existiam em todo o estado de São Paulo e foram construídos com o dinheiro que havia sobrado das quantias recolhidas para as vítimas da segunda epidemia de febre amarela na cidade, através da Comissão de Socorros (*Almanach de Sorocaba para 1903*, p. 95). A imagem da fatalidade da doença era reforçada pelos jornais locais, por exemplo, quando era

¹ Ver NASCIMENTO, Dilene R. **As Pestes do Século XX: Tuberculose e Aids no Brasil – Uma história comparada**, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005.

publicada mensalmente a relação das internações, altas e óbitos no hospital da Santa Casa, que, no caso dos óbitos, sempre se especificavam os pacientes que já entraram moribundos e os tuberculosos.

As duas primeiras décadas do século XX em Sorocaba demonstram a recuperação da cidade após as duas epidemias de febre amarela e o objetivo de evidenciar o seu potencial fabril, apoiando-se na imagem idealizada da “Manchester Paulista”, título largamente divulgado pela imprensa local, representado o ideal de uma cidade industrial, salubre e progressista.

É nesse “contexto otimista” em que se encontravam as elites sorocabanas que ocorre a epidemia de gripe espanhola na cidade, entre outubro e dezembro de 1918. Para o estudo da “espanhola” em Sorocaba utilizamos como quadro analítico, o desenvolvido por Dilene Raimundo do Nascimento, ao analisar as “epidemias como ‘incidentes dramáticos’ que seguem um ‘roteiro’ dividido em ‘atos’, como uma peça de teatro” (NASCIMENTO, 2003, p. 576).

De acordo com a autora, o primeiro ato seria a “negação e progressiva revelação” da epidemia pelas autoridades e imprensa. Pois, interesses econômicos e/ou políticos em risco devido à epidemia, podem influenciar a não divulgação do mal. O segundo, seria a busca de explicações pelos médicos e autoridades para o acontecimento: “Por muitos séculos esse quadro explicativo foi apenas religioso e moral. Entretanto, a partir da Idade Moderna, as explicações religiosas passaram a conviver com as explicações científicas”. O terceiro, “consistiria na(s) resposta(s) pública(s), geralmente múltiplas suscitadas pela epidemia”, como rituais religiosos, medidas policiais e sanitárias etc., “que representam um mesmo papel: a atitude clara de solidariedade e a autodefesa de uma comunidade diante do perigo” (idem). O quarto e último ato “seria o que vem depois do término da epidemia, relacionando-se com a reflexão que a comunidade faz sobre sua experiência: O que se aprende com ela? Pode ter servido para criar algumas medidas de saúde pública permanentes?” (idem, p. 577)

No presente texto, pretende-se apresentar a situação sanitária da cidade de Sorocaba entre o final do século XIX e o início do século XX, articulando-a as políticas sanitárias implementadas pelo estado de São Paulo, tendo como foco analítico a chamada epidemia da “gripe espanhola” em 1918. A “espanhola” será abordada através de relatos ocorridos na cidade de Sorocaba e flagrados pela imprensa local, envolvendo

membros da elite municipal, tendo os médicos locais papel central nesse debate, no sentido de equacionar as medidas em torno da epidemia. Apoiando-se na bibliografia de diversos autores sobre o tema e utilizando os jornais e almanaques da época como fontes privilegiadas, pretende-se analisar o caso particular da Fábrica Santa Rosália, exatamente por apresentar as tensões que envolveram ações e reações naquele contexto epidêmico.

A gripe espanhola de 1918: história e historiografia

O primeiro contato de brasileiros com a gripe espanhola foi através dos integrantes da missão médico-militar que atuou nos últimos meses da Primeira Guerra Mundial. Ao aportar em Dakar, no Senegal Francês, a maior parte foi contaminada pela pandemia que já infestava a cidade. Acredita-se que a moléstia tenha sido trazida ao território nacional por um navio inglês, o *Demerara*, que passou pelos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Em meados de setembro, estas cidades portuárias já estavam infestadas (BERTOLLI FILHO, 2003, p. 73-74); (BERTUCCI, 2002, p. 93-96); (BRITO, 1997, p.17-19). Em outubro, a cidade de São Paulo e alguns municípios do interior, como Sorocaba, já sofriam com o mal.

Alguns trabalhos sobre a propagação da gripe espanhola nas principais capitais brasileiras podem fornecer informações preciosas sobre o desenvolvimento da doença e as atitudes da população e das autoridades locais em relação à epidemia. Em artigo sobre a gripe espanhola em Salvador, Christiane M. C. de Souza, enfatiza as disputas entre facções políticas no estado da Bahia, além de salientar a insalubridade da capital e a precariedade dos serviços de saúde locais (SOUZA, 2005, p. 74-81). As querelas políticas, segundo a autora, influenciaram o modo como as informações sobre a doença eram transmitidas à população. Já que, inicialmente, as autoridades e seus correspondentes órgãos de imprensa, insistiam na benignidade da gripe, além de não divulgar totalmente o número de óbitos. Por outro lado, os jornais de oposição, em meio a críticas às autoridades locais, empenhavam-se em divulgar a maior quantidade de informações possível sobre a propagação da doença (idem, p. 82-85).

No Rio de Janeiro, Nara Azevedo de Brito, relata que as autoridades inicialmente emitiam opiniões imprecisas sobre a doença, demonstrando seu desconhecimento em relação à mesma. Entretanto, também transparecia um certo

otimismo em seus discursos, já que a “opinião médica endossava o pressuposto de que a doença se transmudara no Brasil sob a influência do clima tropical, o qual teria produzido um efeito positivo, e surpreendente, ao minimizar a virulência atuante em outros países” (BRITO, 1997, p. 19). Para conterem-se os ânimos, reforçava-se o caráter benigno da gripe. Mas, as primeiras mortes encerram o clima otimista e iniciam uma série de debates entre médicos e leigos sobre a origem e transmissão da doença (idem).

Outro ponto destacado pela autora era o problema da “exposição pública de cadáveres” (idem, *ibidem*, p. 24). Um dos principais problemas enfrentado pelas autoridades cariocas durante a epidemia foi o sepultamento dos cadáveres. Devido ao grande número de óbitos causados pela gripe, não havia uma estrutura preparada para desempenhar os serviços funerários satisfatoriamente. Desse modo, muitos cadáveres ficavam expostos nas ruas à espera de sepultamento ou amontoados, dentro de caixões ou não, em caminhões que faziam o transporte para os cemitérios. Desse modo, “convencidas de que contaminavam o ar com miasmas geradores de doenças, muitas pessoas abandonavam suas casas e iam se refugiar em bairros menos poluídos por cadáveres” (idem, *ibidem*, p. 25).

Claudio Bertolli Filho investiga a propagação da gripe espanhola na cidade de São Paulo. Ponto importante de seu trabalho é a reconstituição da “geografia da gripe” e a sua “ilusão democrática”. Pois, ao identificar os maiores pontos de infecção entre os diversos distritos do município de São Paulo, o autor desmente alguns relatos que afirmam que a epidemia atingiu da mesma maneira as classes privilegiadas e a menos favorecidas. Segundo o autor, a doença, ainda hoje,

É vista como uma enfermidade que se propaga independentemente das condições de vida específicas das classes sociais, pois é entendida como uma espécie de ‘acidente’ ligado mais à sorte ou ao azar individual do que a qualquer outro elemento determinante (BERTOLLI FILHO, 2003, p. 89)

Bertolli Filho também relata o pânico reinante na cidade durante a epidemia e como ele afetou a vida das pessoas. Entre 1917 e meados de 1918, além das notícias sobre a Grande Guerra que chegavam a São Paulo, mudanças climáticas e pragas de insetos afetaram a agricultura, gerando uma grande carestia dos alimentos. O autor reforça que todos estes eventos contribuíram o sentimento de medo coletivo:

À sociedade que se torna filha do medo precede um período marcado por um conjunto de circunstâncias que denuncia a insegurança social, o que vai propiciar o encontro de um determinado objeto ou acontecimento no qual se depositam todas as apreensões. Nesse momento o medo ganha uma espécie de personalidade coletiva (idem, p. 249)

Geradas pelo medo e pela convivência constante com a morte, atitudes da população como o isolamento total em suas casas, suicídios e delírios eram comuns no auge da crise sanitária. Liane Maria Bertucci, também abordando a gripe espanhola na cidade de São Paulo, preocupa-se mais com a crise enfrentada pela medicina oficial durante a epidemia e com as formas alternativas de cura. Inicialmente, a autora, nos mostra a importância que a ciência e a medicina vão ganhando na cidade de São Paulo, durante as primeiras décadas do século XX.

As práticas populares de cura passaram a ser cada vez mais marginalizadas, não só entre os médicos, mas também entre os leigos. As propagandas de remédios nos jornais reforçavam essa crença: “Idéias bélicas mescladas com saber científico em uma combinação que, mais que estratégia de vendas ou fragmento de um discurso, representavam a convicção de várias pessoas na força da ciência naquela época” (BERTUCCI, 2002, p. 60).

A autora mostra as diversas tentativas de cura durante a epidemia, além da convivência entre as medicinas alopática e homeopática. Pois,

Durante a influenza, o que mais chamou a atenção em São Paulo, além da aparente cordialidade entre homeopatas e alopatas, foi a diferença dos dois discursos médicos, científicos, sobre a gripe espanhola: enquanto a alopatia colocava a possibilidade de cura no futuro, graças às pesquisas e métodos progressivamente aperfeiçoados de sua ciência; os homeopatas prometiam a cura no presente, pois não haveria “segredos na gripe” (idem, p. 149).

Contudo, ambos os segmentos da medicina redundaram em fracasso, o que inclinou o povo a recorrer à medicina popular na busca da cura para a influenza:

Limão (com ou sem pinga), canela, folhas de eucalipto, cebola e alho. Produtos “caseiros” que mereceram inclusive a atenção das autoridades governamentais e sanitárias, alguns, como a canela, acabaram industrializados e diversos foram largamente empregados na tentativa de debelar o padecimento dos gripados (idem, p. 150)

No caso de Sorocaba, não existem trabalhos historiográficos específicos sobre a epidemia de gripe espanhola, a maioria dos trabalhos que abarcam o período da ocorrência da epidemia na cidade nem citam o episódio. Desse modo, o que

encontramos sobre esse acontecimento são inicialmente relatos publicados na imprensa, memórias e homenagens aos médicos que participaram da epidemia.

Exemplarmente, em um artigo no jornal *Cruzeiro do Sul*, de 25/12/1964, intitulado “Prof. Dr. José Ribeiro Neto, Sorocabano Benemérito”, Aluísio de Almeida homenageia o médico participante da epidemia de gripe espanhola em Sorocaba. Referindo-se ao episódio, o historiador assim inicia o texto:

Resumindo a crônica moderna de Sorocaba para o terceiro tomo de minha pequena História, deparei com a Gripe Espanhola de 1918. Médicos, prefeito, farmacêuticos, hospitais improvisados, escoteiros, sim, escoteiros de bicicleta levando receitas aviadas até as casas dos doentes, fábricas paradas, um Deus nos acuda! (CRUZEIRO DO SUL, 25 dez. 1964, p. 4)

O próprio Dr. Ribeiro Neto, membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em discurso realizado no Gabinete de Leitura Sorocabano e publicado no *Cruzeiro do Sul* de 27/11/1938, em homenagem ao Dr. Álvaro Soares pelo primeiro aniversário de seu falecimento, ao destacar a atuação do falecido durante a epidemia na cidade, faz um breve relato do acontecimento. De acordo com o Dr. Ribeiro Neto, Álvaro Soares tendo sido “campeão decidido no combate de epidemias anteriormente surgidas em Sorocaba, ainda se fizera notar por valiosos serviços prestados à população, quando aqui surgiu a pandemia grippal de 1918”. De acordo com o médico, a epidemia,

*Começou pelo bairro da fabrica Santa Rosalia.
O sr. Eduardo Pirajá, illustre clínico da cidade, hoje em São Paulo, em principios de Novembro, andava as voltas com os primeiros casos.
Mais de espaço, por toda a parte era assignalada a sua presença, ate nos bairros distantes.
(...)
Cahem as primeiras victimas, algumas de projecção social na cidade.
(CRUZEIRO DO SUL, 27 nov. 1938, p. 3)*

Em seguida, serão nomeados os principais médicos que se dedicaram, junto ao atendimento das vítimas. Eram eles: Dr. Álvaro Cesar da Cunha Soares, Dr. João de Almeida Tavares, Dr. Odilon Goulart, Dr. Gentil Fontes, Dr. Eduardo Augusto Pirajá, Dr. José Ribeiro Neto, Dr. Luiz de Almeida e Dr. Heitor Maurano. A menção ao início da epidemia no bairro – na época, uma vila operária – da fábrica Santa Rosália e à atuação do Dr. Eduardo Pirajá, médico do estabelecimento, é sintomática, pois o local parece ter sido uma das regiões mais afetadas pela epidemia. E, mesmo assim, como veremos adiante, quando se decide fechar temporariamente as fábricas de tecido da

cidade – após reunião entre médicos e industriais da cidade –, o proprietário da Santa Rosália é o único que se recusa a fechá-la.

Partindo da análise do caso particular da fábrica Santa Rosália, pretende-se compreender melhor alguns dos desdobramentos da epidemia de gripe espanhola em Sorocaba. Para tanto, será utilizado o quadro analítico proposto por Nascimento. Pois, inicialmente, a primeira reação das autoridades locais foi negar a epidemia. Posteriormente, quando não havia mais como esconder o fato, procuraram-se explicações para o ocorrido, através do saber médico-científico. As respostas foram múltiplas e insuficientes e paralelamente às determinações do Serviço Sanitário, ocorreram a divulgação de rituais religiosos específicos para o flagelo e de remédios caseiros contra a gripe. Com o fim da epidemia, a atuação dos médicos foi enaltecida pela imprensa da época. Mesmo após o fracasso do saber médico-científico em oferecer respostas eficazes contra a epidemia, o destaque dado aos médicos mostra a intenção de reafirmar a Medicina Oficial como saber hegemônico.

Aproximações da pesquisa: o caso da “Fabrica Santa Rosalia”

As notícias sobre a epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro e em São Paulo começam a ocupar as páginas da imprensa sorocabana em finais de setembro. Em finais de outubro, começam a serem noticiados os primeiros casos da enfermidade em Sorocaba, que, segundo o jornal *Cruzeiro do Sul*, no dia 24, os enfermos contavam-se em “algumas dezenas” (CRUZEIRO DO SUL, 12 out. 1918, p.2). Porém, a imprensa, inicialmente, nega a epidemia e sempre se insiste na benignidade dos casos. Entretanto, no dia 6 de novembro, com aproximadamente 671 casos da doença notificados pelos médicos, fala-se pela primeira vez na imprensa em “casos fataes” e os números estariam por “uma dúzia” até o momento (idem, p. 2). O aumento dos óbitos em novembro, em decorrência da epidemia, pode ter elevado muito o número de enterros, o que teria levado o jornal acima referido a noticiar: “os sentenciados da cadeia local estão trabalhando na abertura de vallas no cemiterio” (CRUZEIRO DO SUL, 10 nov. 1918, p.2). Posteriormente, o jornal afirma que houve um engano na veiculação da notícia e publica: “os sentenciados da cadeia local estão trabalhando na abertura de covas no cemiterio. Por engano dissemos vallas, ante-hontem” (CRUZEIRO DO SUL, 12 nov 1918, p. 2).

Devido ao recrudescimento da epidemia na cidade, no mês de novembro, o prefeito Cap. Augusto Cesar Nascimento Filho se reúne com industriais e médicos de Sorocaba para discutir o funcionamento das fábricas. Inicialmente, os industriais da cidade já haviam se reunido e decidido parar todas as fábricas de tecidos por alguns dias (idem). No dia 15, o mesmo jornal noticia uma reunião entre os industriais e os médicos, para decidir a situação das fábricas.

A reunião ocorre no dia 17, no gabinete do prefeito, segundo o jornal, para discutir o tema: “Podem as fabricas reencetar os seus trabalhos já ou não?”. Após a exposição da situação pelos médicos e da discussão da questão entre os presentes, o prefeito, por intermédio do Dr. Ribeiro Neto pediu ao Dr. Álvaro Soares que redigisse um parecer, no qual o mesmo emitia a opinião que:

1.o) attendendo á característica da epidemia reinante ser a asthenia geral do organismo, que muito facilita a invasão de qualquer outra molestia no atacado, dadas certas condições de meio;

2.o) attendendo a que essa mesma asthenia do operario victimado o impossibilita de qualquer serviço;

3.o) attendendo á facil revivescencia do germen pelo seu microbismo latente, uma vez dada a concurrencia das causas circumfusas que favorecem o seu desenvolvimento;

4.o) attendendo a que todos os grippados recém-curados e convalescentes não se devem expor a qualquer intemperie sem gravame para si e para a população, pelo recrudescimento provavel da molestia que infelizmente ainda não se acha extincta, mas plena evolução epidemica;

Concordam a que o trabalho não deve desde já ser recommçado e julgam necessario um prazo minimo de 15 dias para o inicio do trabalho das fabricas, uma vez que as condições epidemicas não venham contradizer este asserto.

(CRUZEIRO DO SUL, 19 nov. 1918, p.2)

Ente os médicos estavam presentes, além do Dr. Álvaro Soares, os doutores João de Almeida Tavares, Odilon Goulart, Gentil Fontes, Eduardo Augusto Pirajá, Ribeiro Neto e Luiz de Almeida. Todos assinaram o parecer, redigido pela maior autoridade médica da cidade e, segundo o jornal, todos os industriais presentes acataram a opinião dos doutores. É o que consta no final do documento: “Concordamos: Pela fabrica Votorantim, Pieri Roggieri; pela Co. Nacional de Estamparia, Jorge Kenworthy; pela Co. Fiação e Tecidos N. S. da Ponte, Italo Romano; pela Co. Fiação e Tecidos Santa Maria, Eugenio Mariz” (idem).

Contudo, ainda de acordo com o jornal, o “sr. F. J. Speers, co-proprietario da fabrica Sta. Rosalia” não compareceu a reunião. Procurado pela prefeitura, o industrial

declarou “não concordar com a resolução tomada pelos seus colegas, baseando-se na opinião que adrede lhe dera o medico da fabrica sr. dr. E. Pirajá” (idem).

A seguir, após a recusa do industrial em acatar a decisão de seus “collegas”, o jornal relata a posição do prefeito:

Em vista disso, o sr. prefeito disse que communicaria todas as resoluções ao sr. secretario do Interior e à directoria do Serviço Sanitario, estabelecendo, caso necessario, um cordão sanitario de modo a isolar inteiramente do resto do município a villa industrial de Santa Rosalia, de cujas condições na presente epidemia, se pode avaliar, referindo que só hontem, até á hora em que são escriptas estas linhas, registraram-se ali 8 obitos devidos á gripe. (idem)

Nas edições seguintes, o periódico não menciona se de fato o isolamento ocorreu ou se foi apenas uma ameaça por parte do prefeito, nem tampouco especifica se a fábrica fechou. Entretanto, a partir deste episódio, o jornal *Cruzeiro do Sul*, órgão estreitamente ligado ao poder municipal, passa a noticiar os óbitos causados pela epidemia, especificando os bairros em que os casos ocorriam, mostrando, assim, o alto número de vítimas fatais na vila operária da fábrica Santa Rosália. Além disso, o jornal publica artigos como o do dia 20/11/1918, intitulado “Santa Rosalia”:

Na villa industrial de Santa Rosalia, desta cidade, o numero de grippados, desde o inicio da epidemia, attingiu a cerca de 900. O numero total de obitos alli foi de 20, de um mez para cá, sendo que 16 foram por gripe. O sr. F. J. Speers (...) mantem alli dois hospitaes provisorios, a cargo das irmãs benedictinas. O dr. Eduardo Pirajá, clinico daquelles hospitaes, tem com muita dedicação tratado dos operarios da villa. (CRUZEIRO DO SUL, 20 nov. 1918, p. 2)

Apesar de destacar a atuação de Frank Speers e os esforços do Dr. Pirajá, a notícia aponta o alto número de doentes e de óbitos na vila operária, em comparação com outras regiões da cidade. Após alguns dias, a divulgação dos óbitos volta a ser feita de maneira generalizada para todo o município, diminuindo o foco das atenções sobre o bairro de Santa Rosália.

Porém, a posição da municipalidade é reforçada pelo jornal. Como no artigo publicado em 23/11/1918, intitulado “Os operarios e a influenza”, no qual ao se referir ao apelo realizado pela Cruz Vermelha Brasileira, em São Paulo, para que os industriais suspendessem os trabalhos de suas fábricas, o órgão afirmava que “com muito acerto agiu a nossa dedicada prefeitura reunindo os srs. medicos clinicos e industriaes desta cidade no ultimo domingo para serem tomadas as deliberações de que demos noticia

terça-feira, em favor dos operários”. Em seguida, citava o exemplo das “Industrias Reunidas Matarazzo” e finalizava, referindo-se ao “sr. comm. Ermelino Matarazzo”, como merecedor dos “mais francos elogios e os nossos mais vivo (sic) votos são de que encontre imitadores” (CRUZEIRO DO SUL, 23 nov. 1918, p.2). Em outro artigo, de 24/11/1918, intitulado “A situação dos operarios”, noticia o fato de mais um estabelecimento industrial de São Paulo “acudir ao appello da Cruz Vermelha em favor dos operarios” e continua:

Nos grandes balanços das empresas industriaes o onus duma quinzena de vencimentos pode ser supportado sem perigo de sua consistencia financeira, em beneficio de familias inteiras de operarios às quaes a falta duma quinzena de salarios quer dizer miseria, fome e mesmo, às vezes, expulsão da casa em que habita. (CRUZEIRO DO SUL, 24 nov. 1918, p. 2, grifo meu)

O fato de o artigo mencionar a possível expulsão dos operários de suas casas pela falta ao trabalho, é sintomático, pela razão de que o texto poderia estar fazendo alusão ao caso da vila operária da fábrica Santa Rosália, em que as moradias dos trabalhadores pertenciam à empresa.

Para compreender melhor o episódio é necessário entender a situação das vilas operárias na cidade. O *Almanach Illustrado de Sorocaba para 1914*, ao mostrar a importância da fábrica Santa Rosália, descreve sua vila operária, “com a pittoresca casaria uniforme, alinhada em ruas direitas e bem, conservadas, ostentando no plano principal a sua grande fábrica de tecidos” (*Almanach Illustrado de Sorocaba para 1914*, p. 52). Em seguida, continua:

De construção moderna e hygienica, a Villa Santa Rosalia, que representa em si a eloquencia do progresso, progride dia a dia, a fim de abrigar as centenas de operários que impulsionam a industria com o seu trabalho valioso; aquelles grupos de habitações, modestas ruas que agradam á vista, resumem, juntamente com o edificio da maquinaria, a garantia de uma vida sem grandes preocupações a muitas familias, ás quaes a lucta pela existencia se tornou menos pezada, graças á iniciativa do capitalista benemerito.

(...)

A Villa, annexa a esta [fábrica Santa Rosália], é organizada de 270 casas, escolas publicas, consultorio medico, armazém, casa de diversões, etc, sendo magnífica a sua iluminação electrica e perfeito o serviço de encanamento de água. (idem., p. 52-53)

O texto de Francisco Camargo Cesar, um jornalista local, faz uma descrição idealizada da vila operária. Além de frases como “ruas que agradam a vista” e “garantia de uma vida sem grandes preocupações a muitas familias”, o autor ainda classifica

como “magnífica” a iluminação elétrica e “perfeito” o serviço de encanamento de água. De acordo com Carvalho, “em 1914, a cidade estava muito longe de estar saneada e a rede de água e esgotos, assim como a iluminação elétrica atendia, e mesmo assim de forma precária, uma parte do núcleo urbano da cidade” (CARVALHO, 2008, p. 63). Sendo que a vila e a fábrica em questão ficavam afastadas “um kilometro da cidade” (idem), como afirma o próprio Camargo Cesar.

Descrição bem diferente nos fornece Jacob Penteado, ao relatar o período que viveu na mesma vila, nos primeiros anos do século XX:

Em 1900, ano de meu nascimento, a empresa era próspera (...). Na encosta da colina, havia várias ruelas de casas rústicas, com telhas vãs, onde, à noite, o vento executava sua lúgubre sinfonia. Nada de instalações sanitárias ou iluminação. Esta era à base de velas ou de lampiões a querosene. Água, só de poço ou do rio próximo. Os moradores, para suas necessidades, recorriam aos urinóis ou, então, iam defecar no mato que cercava as casinholas.

O horário de trabalho era bem amargo. Os operários entravam às cinco da manhã, (...). Tinham quarenta e cinco minutos para almoço, às onze horas. Depois continuavam sua faina, que ia até as oito horas da noite (...). (PENTEADO, 1962 apud BONADIO, 2004 p. 222)

No ano referido por Penteado, a cidade ainda não contava com uma rede de água e esgotos. Segundo Carvalho, sua construção só seria iniciada em 1901 e finalizada no ano seguinte. Porém, como mencionado acima, funcionou apenas em parte do centro urbano e de forma deficiente.

Portanto, além das péssimas condições de moradia e das longas e estafantes jornadas de trabalho mencionadas por Penteado, outros problemas eram enfrentados pelos moradores da referida vila. Segundo Araújo Neto,

Dentro de vilas fechadas, como a da Fábrica Santa Rosália, localizada em propriedade rural de mesmo nome, (...) os operários estavam quase que totalmente submetidos à autoridade do capitalista: durante o horário de trabalho e fora dele, pois residiam e trabalhavam em sua propriedade, estando por isso sujeitos às regras impostas por ele. (ARAÚJO NETO, 2005, p. 39)

Em 1910, o jornal *O Operario* em um artigo intitulado “Feudalismo em 1910” denuncia a ausência de liberdade dos moradores das vilas operárias da cidade:

(...) Hoje, que se proclama liberdade em todos os cantos, que leis sobre leis tem sido decretadas para garantia individual, causa pasmo o desleixo das municipalidades, em não legislarem sobre as organizações das villas operarias. (...)

Qualquer capitalista adquire uma area de terreno, junto ou afastado do perimetro da cidade e nella levanta, a seu bel-prazer, não só um estabelecimento de industria, como tambem um agrupamento de casas que aluga a seus operarios.

Nas construções e um (sic) arruamento dessas casas, não vigora fiscalização alguma por parte do governo, embora sejam ellas construidas no territorio do municipio para residencia de homens livres. As ruas não são vias publicas, são circundadas por cerca, vallas ou muros, dando passagem um unico portão e tem o competente chaveiro [porteiro]. (O OPERARIO, 9 jan. 1910, p.1)

Para citar um exemplo concreto desse domínio exercido pelo dono da fábrica sobre os operários residentes na vila operária, o mesmo jornal de 12/09/1909, se refere à fábrica Votorantim, que por atrasos nos pagamentos mandou imprimir cartões com o mesmo valor dos salários em dinheiro, mas que só eram aceitos em um armazém da respectiva vila operária. Em seguida, é citado o caso da Fábrica Santa Rosália:

(...) Não existem lá os afamados cartões, mais engenhoso é o processo! Só existe o armazem da fabrica e tem os empregados a faculdade de poderem, aqui na cidade, comprar o que quizerem; mas existindo nas proximidades da fabrica um portão e o respectivo porteiro, os que para lá se dirigem conduzindo generos, têm forçosamente de se entender com o snr. Porteiro que, de accordo com às instrução (sic) recebidas, nega entrada às carroças que levam às mercadorias (...). (O OPERARIO, 12 set. 1909, p.1)

Portanto, compreendendo a situação das vilas operárias de Sorocaba nas primeiras décadas do século XX e, especificamente, a da fábrica Santa Rosália, pode-se compreender o poder que alguns industriais desfrutavam na cidade. Durante a epidemia de gripe espanhola, esse poder se evidencia na recusa do industrial Frank Speers, coproprietário da referida fábrica, em acatar as decisões dos médicos sobre o fechamento temporário das fábricas de tecido da cidade. Inclusive, sofrendo ameaça de sua vila operária ser isolada do resto da cidade, por ordem do intendente municipal.

Ademais, além de ficar clara a disputa de forças entre um membro dos setores econômicos dominantes e a municipalidade, o episódio da reunião aponta, também, as ações aparentemente contraditórias do médico Eduardo Pirajá – em cuja opinião baseou-se o industrial Frank Speers, na sua recusa em acatar a decisão de seus “collegas”. O médico, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que permite a continuação do funcionamento da fábrica Santa Rosália, durante o período crítico da epidemia, assina, junto com os outros médicos, o parecer do Dr. Álvaro Soares, em favor do fechamento temporário das fábricas. Essa contradição e a pressão velada exercida pelo *Cruzeiro do Sul* em seus artigos, possivelmente teriam sido as razões que

levaram o Dr. Eduardo Pirajá a enviar uma carta ao jornal, na qual explicava que antes da reunião entre médicos e industriais, mencionada acima, o médico havia combinado com Frank Speers fazer funcionar a fábrica Santa Rosália,

(...) apenas durante cinco horas por dia, contando com os operarios que não tiveram a molestia e os que já tinham passado o periodo da convalescência e que estavam em condições de trabalhar e para isso o serviço da fabrica seria iniciado sob minha directa fiscalização como medico official do estabelecimento; isto eu declarei na reunião acima referida e se assignei a declaração dos medicos publicada em seu jornal, foi porque considerei que esta visava tão sómente aos doentes e aos convalescentes em estado de manifesta fraqueza e que não pudessem trabalhar. Tomei a responsabilidade de concordar com o trabalho da fabrica, debaixo das condições acima declaradas, porque não encontrei inconveniencia alguma neste trabalho moderado, feito por operarios isentos da molestia e já curados, e por não considerar aglomeração o trabalho de uma fabrica, onde os diversos grupos de operarios se dividem por varias secções do serviço, em compartimentos diversos e muito amplos, o esforço physico desses operários seria moderadissimo attendendo o limitado numero de horas que viriam a trabalhar. Esta resolução de fazer trabalhar a fabrica foi suggerida por dois motivos: o primeiro de ordem moral, como um meio de distrahir o espirito dos operarios e attenuar a atmospha de desolação e de terror que toda epidemia produz; o segundo, era fazer uma especie de treno, afim de mais tarde os operarios poderem supportar o serviço completo da fabrica, dos tempos normaes; e de suppor que um estabelecimento industrial não possa tirar grandes lucros com um trabalho desfalcado de operarios e com a duração de cinco horas apenas por dia. (CRUZEIRO DO SUL, 24 nov. 1918, p. 2)

Como foi dito, não se sabe a razão que motivou o Dr. Pirajá a escrever a carta acima ao *Cruzeiro do Sul*. Provavelmente, sua imagem deve ter sido abalada, não só pelo fato de ter permitido o trabalho na fábrica Santa Rosália, mas também, por ainda ter assinado o parecer do Dr. Álvaro Soares que propunha o fechamento de todas as fábricas de tecidos. Além disso, em sua justificativa, seus argumentos não se sustentam, sendo no mínimo inusitados. Como, por exemplo, o fato de sugerir o trabalho na fábrica como forma de “distrahir o espirito dos operários” ou de “fazer uma especie de treno” para o retorno ao serviço completo.

De qualquer forma, no dia 30, o jornal informa a reabertura das fábricas de tecidos da cidade para o dia seguinte, junto com notícias sobre o declínio da epidemia. Os óbitos, que em novembro eram noticiados em uma média de oito por dia, continuam sendo noticiados por todo o mês de dezembro, em número aproximado de um por dia. A atmosfera de medo vai se dissipando nas páginas do jornal, em meio a congratulações mútuas entre autoridades e destacados cidadãos pela atuação durante a epidemia. A “Comissão de Socorros” organizada pelo *Cruzeiro do Sul* para angariar donativos para

os “grippados pobres” planeja encerrar suas atividades “com chave de ouro” no dia 1º de janeiro, em uma missa campal, “em acção de graças pela terminação da epidemia de gripe” (CRUZEIRO DO SUL, 10 dez. 1918).

A proposta da pesquisa é compreender melhor o desenvolvimento da epidemia na cidade e suas conseqüências, amparando-se na bibliografia de autores que pesquisaram as epidemias em geral² e, mais especificamente, a de gripe espanhola. Neste artigo, pretendeu-se apresentar algumas das tensões sociais surgidas durante a crise sanitária em Sorocaba, mostrando os conflitos de interesses dentro da própria elite local. Para tanto, optou-se por relatar o episódio em que o industrial Frank Speers, coproprietário da fábrica Santa Rosália – amparado nas opiniões de seu médico – recusasse a fechá-la durante a epidemia, contrariando a decisão das autoridades. O que denuncia o fato de a “hespanhola” vir interromper temporariamente, mesmo sob resistências, o tão exaltado progresso da “Manchester Paulista”.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Aluísio de. **Sorocaba: 3 séculos de história**, Itu, SP: Editora Ottoni, 2002.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de, **Sorocaba operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920**. Sorocaba, SP: Create, 2005.

BADDINI, Cássia Maria. Salubridade pública e poder local: Sorocaba no século XIX. **Caderno de História**, Sorocaba, SP, Número 2, p. 15-25, out. 2006.

_____. **Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, A Medicina Enferma: Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**, Tese (Doutorado em História) IFCH / Unicamp, 2003.

BONADIO, Geraldo. **Sorocaba: a cidade industrial (Espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)**. Sorocaba: Edição do Autor, 2004.

BRITO, Nara Azevedo. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, IV (1):11-30 mar.-jun. 1997.

² Ver NASCIMENTO, Dilene Raimundo do (org.). **A história da poliomielite**, Rio de Janeiro: Garamond, 2010; TELLAROLLI JR, Rodolpho. **Poder e Saúde: A República, a Febre Amarela e a Formação dos Serviços Sanitários no Estado de São Paulo**, Tese (Doutorado em Medicina), Faculdade de Ciências Médicas / Unicamp, 1993.

CAMPOS, A. L. V. de; NASCIMENTO, D. R. do e MARANHÃO, E. A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol 10 (suplemento 2): 573-600, 2003.

CARVALHO, Rogério Lopes P. de, Aspectos da Modernidade em Sorocaba: experiências urbanas e representações 1890-1914. **Revista de História**, São Paulo, Número 151, p. 221-225, 2º sem. 2004.

_____. **Fisionomia da cidade: Sorocaba – cotidiano e desenvolvimento urbano – 1890-1943**, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOTA, André. Notas sobre o Sanitarismo de Sorocaba na Primeira República. **Caderno de História**, Sorocaba, SP, Número 2, p. 7-14, out. 2006.

_____. **Tropeços da Medicina Bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920**. São Paulo: Edusp, 2005.

NASCIMENTO, Dilene R. **As Pestes do Século XX: Tuberculose e Aids no Brasil – Uma história comparada**, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005.

_____; CARVALHO, Diana M. de (Orgs.) **Uma história brasileira das doenças**, Brasília: Paralelo 15, 2004.

SILVEIRA, Anny J. Torres. A medicina e a influenza espanhola de 1918, **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 91-105

SOUZA, C. M. C. de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan.-abr. 2005.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. **Medo e morte: sobre a epidemia de Gripe Espanhola de 1918**. Rio de Janeiro: Uerj/IMS, 1993.

Jornais:

Cruzeiro do Sul (1918, 1938 e 1964)

O Operario (1909-1910)

Revistas:

Almanach de Sorocaba para 1903, organizado por Maria Vieira da Silva, Ed. fac-similar, Taquarituba, SP, 2007.

Almanach Ilustrado de Sorocaba para 1914: Repositorio historico, literario e recreativo, com ilustrações, organizado por Braulio Werneck. Ed. – fac-similar – Taquarituba, SP: Juracy Tenor, 2006.